



**ACÓRDÃO Nº1048/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1940/2011.**

**Aposos:** Processo nº 2638/2010 e 4859/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM

**4- Exercício:** 2010

**5- Responsáveis:** Edimar Vizolli e Ordival Leite Rubim Filho

**6- Unidade Técnica:** DICA/AM

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4770/2016, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. Exercício de 2010.

*Irregularidade. Determinação. Multas. Concessão de Prazo.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam, exercício de 2010, sob a responsabilidade do Sr. Edimar Vizolli, Diretor Presidente, e do Sr. Ordival Leite Rubim Filho, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei 2.423/96, em decorrência de graves infrações às normas legais (irregularidades 4.1, 4.3, 4.7 e ilegalidade do termo de parceria 1/2010).

**9.2. Determinar** ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - Idam:

9.2.1. Zelar pelo correto e tempestivo preenchimento das



**ACÓRDÃO Nº1048/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução 13/2015-TCE/AM;

9.2.2. Realizar procedimento licitatório, nos termos da Lei 8.666/93, observando a regra de que todo procedimento licitatório deva estar caracterizado em processo administrativo (art. 38);

9.2.3. Observar, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela Irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

**9.3.** Nos termos do voto-destaque proferido em sessão pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que divergiu do Relator quanto à dosimetria das penas e penalizou os responsáveis com a aplicação da multa prevista no inciso II do art. 308 do R/TCE-AM:

9.3.1 - **Aplicar Multa** ao Sr. Edimar Vizolli no valor de R\$ 5.480,15 pelas irregularidades apontadas;

9.3.2 – **Conceder Prazo** de 30 dias ao Sr. Edimar Vizolli para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.3.3 - **Aplicar Multa** ao Sr. Ordival Leite Rubim Filho no valor de 5.480,15 pelas improbidades apontadas;

9.3.4 - **Conceder Prazo** de 30 dias ao Sr. Ordival Leite Rubim para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96).

9.3.5 – Por maioria, com voto divergente do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro:



**ACÓRDÃO Nº1048/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.3.5.1 - Aplicar Multa** ao Sr. Edimar Vizolli no valor de R\$ 24.112,07, pelo envio fora do prazo das informações relativas aos meses janeiro, fevereiro, março, abril e maio do sistema ACP (inciso II do art. 308 do RI-TCE/AM);

**9.3.5.2 - Aplicar Multa** ao Sr. Ordival Leite Rubim no valor de R\$ 24.112,07, pelo envio fora do prazo das informações relativas aos meses janeiro, fevereiro, março, abril e maio do sistema ACP (inciso II do art. 308 do RI-TCE/AM).

**10- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral